



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

## **DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA EM SERVIÇO SOCIAL NO QUADRO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DO CAPITAL E DA CRISE CONTEMPORÂNEA**

**MARIA JIMENA QUINTERO BRAVO<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O artigo busca identificar os principais desafios enfrentados pela formação universitária crítica em Serviço Social na atualidade. Com base na teoria social marxiana, aborda a origem, as peculiaridades e o desenvolvimento da profissão até a crise estrutural do capital e as demandas impostas à profissão hoje, que determinam os desafios atuais da formação universitária.

**Palavras-chave:** políticas sociais; instrumentalização do conhecimento; teoria e filosofia; universidade pública; crítica marxiana

### **RESUMEN**

El artículo busca identificar los principales desafíos que enfrenta la formación universitaria crítica en Servicio Social hoy. Posicionado en la teoría social marxiana, aborda el origen, las peculiaridades y el desarrollo de la profesión hasta llegar a la crisis estructural del capital y a las demandas impuestas hoy a la profesión que determinan los desafíos actuales de la formación universitaria.

**Palabras clave:** políticas sociales; instrumentalización del conocimiento; teoría y filosofía; universidad pública; crítica marxiana

### **1. Introdução**

Analisar os desafios para uma formação profissional crítica em Serviço Social implica compreender os fundamentos e as particularidades da atuação profissional e o contexto de relações e instituições em que historicamente se inscreveu. Ao mesmo tempo, implica compreender as transformações ocorridas no campo profissional nas últimas décadas e as

---

<sup>1</sup> Universidad de la República

demandas e exigências a elas associadas, que tensionam os posicionamentos éticos e teóricos dos profissionais, tanto na intervenção direta quanto na formação profissional.

Nossa exposição tem como objetivo abordar esses elementos, destacando alguns dos desafios mais relevantes para a formação profissional no atual momento histórico. São reflexões estimuladas pelo contato com a teoria social de Marx que tiveram origem no âmbito da nossa atividade docente em Serviço Social na universidade pública, bem como no processo de formação doutoral em Serviço Social que desenvolvemos no Brasil entre 2019 e 2023.

## **2. Origem e peculiaridades da atividade profissional e seu campo de atuação**

Em consonância com a corrente histórico-crítica que ocupa lugar de destaque no Serviço Social latino-americano e, em especial, no Serviço Social brasileiro, nossa análise se baseia no fato de que, como produto histórico-social, as raízes e o significado da profissão de Serviço Social não devem ser buscados em seu interior – conforme o que foi descrito na profissão como visão “endogenista” (MONTAÑO, 2009) –, mas nas relações sociais em que se inscreve sua intervenção, cristalizando práticas profissionais como as dos assistentes sociais. Assim, a compreensão da profissão nos leva a considerar as peculiaridades das relações sociais capitalistas, que correspondem à forma contemporânea e globalmente dominante de produção e reprodução social, ou seja, que constituem uma forma histórica específica de responder às necessidades humanas e criar novas necessidades.

É a produção de capital baseada numa forma particular de exploração do trabalho (trabalho assalariado, do qual se extrai um excedente para valorizar o capital) que sustenta tanto a reprodução dos indivíduos que trabalham quanto dos que não trabalham, e que dá origem a um modo específico de reprodução social, baseado no capital, que confere às nossas sociedades um caráter particular (MARX, 2009a, 2009b, 2011). Devemos indagar, a partir disso, por que tal ordem social demandou/demanda uma atividade social como o Serviço Social.

Essa forma de produção social (a produção do capital, constituída como um sistema social) é caracterizada por ter como pressuposto e resultado a organização antagônica da sociedade em classes, com uma desigualdade estrutural derivada da participação desigual na geração e distribuição do produto social. Essa participação desigual na produção e distribuição (que também inclui o consumo) é combinada, em sua forma clássica, com uma participação formalmente igualitária na esfera política (MARX; ENGELS, 2009; MARX, 2008). Por sua vez,

esses tipos de participação diferenciada – a combinação de desigualdade real e igualdade formal – são garantidos e administrados pelo Estado moderno.

Com base na existência da contradição entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam do produto, o Estado moderno, em todas as suas variantes (do democrático ao abertamente ditatorial), inevitavelmente age para garantir a reprodução da ordem social do capital sem questionar efetivamente a contradição entre a desigualdade real e a igualdade formal (MÉSZÁROS, 2011). Consentindo e legitimando as raízes e causas estruturais da desigualdade real (materialmente fundada) que determinam a sua existência, o Estado moderno, em todas as suas variantes, implementa políticas paliativas e corretivas que, de acordo com o objetivo de dinamizar a reprodução do capital – sua acumulação e expansão –, só podem expressar um tipo formal de igualdade (MÉSZÁROS, 2011).

Foi no quadro dos antagonismos e das desigualdades da sociedade capitalista e das funções inerentes ao Estado moderno que surgiram diferentes intervenções estatais para administrar as referidas contradições e, com a passagem da fase competitiva para a fase monopolista do capitalismo – iniciada no final do século XIX – (NETTO, 2011), surgiram diferentes ocupações para exercer essas intervenções<sup>2</sup>.

Segundo J.P. Netto, vinculada ao desenvolvimento de uma concepção teórico-crítica no interior do movimento de reconceitualização profissional nos anos 1960-70 (em particular, à chamada “intenção de ruptura”), há uma grande aceitação em nossa profissão da tese que vincula a origem do Serviço Social à chamada “questão social”, concebida como um campo privilegiado de intervenção profissional (NETTO, 2011, p. 17-18). Trata-se de um campo fundamentalmente estruturado pela ação estatal sobre diferentes conflitos e esferas da reprodução social, cujas causas se inscrevem na forma de organização da produção e distribuição baseada nas relações capitalistas. Assim, com raízes no conflito capital-trabalho, as “refrações” da “questão social” são identificadas com uma diversidade de problemas sociais que afetam os setores explorados e que carecem da propriedade dos meios de produção e subsistência, tendo como expressão originária o pauperismo (MARX, 2011, p. 802-803, 902).

O papel da profissão de Serviço Social situa-se, portanto, no âmbito das intervenções estatais nas chamadas “refrações” da “questão social”, originadas na forma histórica antagônica de produção (o capital). Apesar de sofrerem importantes transformações no decorrer da história, essas intervenções, que se materializam em diferentes áreas do Estado, como saúde,

---

<sup>2</sup> Sobre o surgimento da profissão na região da América Latina, ver (MANRIQUE CASTRO, 2000).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

alimentação, habitação, educação e infância, entre outras, têm nas políticas sociais uma de suas expressões mais visíveis<sup>3</sup>. Essas intervenções, que se desenvolvem no cotidiano da classe trabalhadora em suas diversas expressões – incluindo a população temporariamente excluída do mercado de trabalho –, cumprem a função social objetiva de reprodução e controle dessa população enquanto tal, em prol da acumulação e da expansão do capital, mesmo quando, dada a situação anterior de alguns indivíduos, a intervenção signifique uma melhoria absoluta nas suas condições materiais de vida.

O caráter reprodutivo e controlador das intervenções estatais e, nesse contexto, das ações profissionais realizadas pelo Serviço Social, deve-se ao fato de que elas não buscam alterar as relações de produção que dão origem aos problemas dos indivíduos. Com base na continuidade dessas relações, buscam atenuar alguns de seus efeitos e não abordam as causas estruturais que respondem à participação desigual dos indivíduos na geração do produto social e em sua apropriação. No caso do Serviço Social, trata-se principalmente de intervenções de cunho educativo voltadas à modificação do comportamento dos indivíduos, as quais exercem uma função ideológica na esfera dos conflitos característicos da sociabilidade do capital (MACEDO DA COSTA, 2011, p. 133) e atuam na manutenção da força de trabalho como mercadoria e da população excedente favorecendo a acumulação do capital. Embora práticas desse tipo tenham sido replicadas na esfera das empresas privadas, elas não encontram seu momento fundante nelas.

De acordo com o caráter reprodutivo e controlador inerente à atividade profissional, são próprias da natureza e da função social do Serviço Social (necessárias a ele) as tarefas que se referem à dimensão prática e instrumental, e não à compreensão da realidade em suas raízes e determinações fundamentais (MACEDO DA COSTA, 2011; NETTO, 2005). Embora a atividade profissional contenha uma marca instrumental e manipulatória, as próprias necessidades de expansão e reprodução das relações capitalistas no século XX e as formas adotadas pela desigualdade social inerente a essas relações ensejaram demandas de profissionalização e incorporação de novas tarefas e dimensões da atividade profissional na esfera estatal – dentro dos processos de reforma – que, sem superar a função social da profissão, a levaram para além do caráter meramente executório e instrumental que caracterizava sua atividade tradicional<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Uma concepção das políticas sociais em conexão com o modo de produção capitalista pode ser encontrada em (PASTORINI, 2019).

<sup>4</sup> Esses elementos podem ser observados no caso do serviço social uruguaio; ver (ACOSTA, 2014).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As mudanças na realidade social – ligadas ao desenvolvimento da chamada “questão social” e de novas formas de respondê-la – modificaram as demandas colocadas à profissão, levando a inovações nas formas de atuação e formação profissional que foram base do desenvolvimento da autocrítica e da reflexão teórico-científica no interior da profissão. Como aponta Macedo da Costa (2011, p. 132), o Serviço Social “começa a produzir teoricamente e sua situação também se modifica pela aproximação com teorias científicas e com fundamentos filosóficos que vão além do pensamento cristão”; “sem perder o vínculo com sua função social genética”, atua “no campo dos conflitos humano-sociais”.

A articulação da profissão com a teoria social (incentivada pelo ingresso nas universidades) e a possibilidade de produzir conhecimento científico sobre a realidade social em que a profissão atua e sobre os problemas da reprodução social fizeram com que a pesquisa e a formação teórica ganhassem espaço na formação profissional, fortalecendo sua inserção acadêmica. Um catalisador desse processo, foi o movimento de reconceituação das décadas de 1960 e 1970, que foi impulsionado pela mobilização social e pela crítica das relações econômicas e políticas desenvolvidas na primeira metade do século XX<sup>5</sup>. Assim, foram incorporadas atividades de pesquisa na profissão, que abrangeram: o estudo de conflitos imediatos relacionados à “questão social” e suas refrações como expressões do conflito capital-trabalho em diferentes âmbitos (gênero, étnico-racial, territorial etc.); estudos sobre o papel e o alcance de políticas sociais específicas, ou da própria prática e posicionamento profissional; pesquisas sobre conflitos ou problemas que transcendem o imediato e abrangem o gênero humano e/ou determinadas esferas da atividade social, abordando elementos fundamentais e universais da sociedade.

Como ressalta Macedo da Costa (2011, p. 143):

O Serviço Social também produz generalizações que não se situam no âmbito dos conflitos cotidianos mais imediatos. São pensamentos que dizem respeito à produção e reprodução do gênero humano. Essa perspectiva se preocupa com as grandes interrogações no campo da ética: a relação entre sociabilidade e individuação; a produção e reprodução dos indivíduos autenticamente genéricos; o problema da liberdade e de outros valores humanos; os impedimentos na construção de uma sociedade humana e solidária; entre outros.

A possibilidade de uma compreensão crítica da realidade social colocou a profissão diante de uma série de desafios ligados à apropriação de elementos teóricos e metodológicos que lhe permitissem alcançar essa compreensão e otimizar seu desempenho em relação às demandas de intervenção mencionadas. Esses desafios adquiriram relevância ainda maior com as definições

<sup>5</sup> O vínculo entre a profissão e a teoria de Marx foi parte desse processo. Algumas características e problemas da relação entre a profissão e a teoria de Marx são tratados por Netto (2003).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que a própria profissão adotou no processo de construção de um projeto político-profissional e de um marco de princípios e valores que regulam a atividade profissional. Destacam-se nesses princípios e valores, o compromisso da profissão com a liberdade e a autonomia dos indivíduos, com a justiça social, a dignidade e o desenvolvimento humano, com o acesso sem exclusão dos indivíduos aos bens materiais e culturais socialmente produzidos, e até mesmo – no caso do Serviço Social brasileiro – a vinculação da profissão com a construção de uma nova ordem social “sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”; ver (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 16)<sup>6</sup>.

Como a função genética da profissão permanece inalterada, esses desafios se traduzem em tensões e limites que atravessam e estruturam o espaço profissional. Assim, a articulação entre, por um lado, a teoria social que nos permite compreender a realidade e, por outro, o desenvolvimento de uma prática manipuladora, bem como a relação entre o mandato institucional e a crítica desse mandato e da concepção em que se baseiam as políticas sociais, expressam contradições inerentes à prática profissional, ao tempo que constituem fontes de debate e reflexão em seu interior. São elementos que emergem tanto nas ações cotidianas dos profissionais quanto nos processos de formação acadêmica, e que se refletem na forma de compreender a realidade social e a própria prática profissional.

A esses desafios e tensões que correspondem ao desenvolvimento histórico da profissão e às transformações nas demandas impostas à profissão, devemos acrescentar as mudanças na intervenção do Estado, que correspondem à crise *estrutural* do sistema social (MÉSZÁROS, 2011) e que têm um impacto no desenvolvimento da atividade profissional, afetando a formação acadêmica e o desenvolvimento de certos processos desencadeados.

### **3. Crise estrutural do capital e impactos sobre a atuação e a formação profissional**

Como aponta István Mészáros (2011, p. 49), a década de 1970 foi marcada pelo esgotamento do impulso gerado pela Segunda Guerra Mundial e pelos sinais de fracasso das “três grandes formas de desenvolvimento do século XX”: “a acumulação e expansão monopolista do capital privado, a ‘modernização do Terceiro Mundo’ e a ‘economia planejada’ do tipo soviético”. Para o autor, a crise que nos acompanha até hoje é qualitativamente diferente das crises cíclicas clássicas da produção capitalista, nas quais a superprodução leva à centralização do capital e isso se torna o ponto de partida para um novo ciclo de acumulação com níveis mais

<sup>6</sup> No caso do Uruguai, ver sobre essas definições (ASOCIACIÓN DE ASISTENTES SOCIALES DEL URUGUAY, 2015; “Ley de reglamentación Profesional del Trabajo Social”, 2019).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

altos de lucro. A crise que vem afetando o sistema desde 1970 caracteriza-se pela dificuldade de manter a dinâmica expansiva do capital, ou seja, pela dificuldade de gerar novos ciclos de acumulação que resultem no crescimento da economia em geral, e não na geração de maiores problemas. A irrupção dessa crise corresponde ao início do fim do “período da ascendência global do capital”, na qual o capital “teve condições de administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do *deslocamento expansionista*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 49, 343). Agora: “O novo padrão, com o fim da era da ascendência histórica do capital, é a crescente frequência das fases de recessão tendendo a um *continuum em depressão*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 49).

Como diz Mézáros (2011, p. 100), trata-se de

uma crise sistêmica, verdadeiramente estrutural; ou seja, uma crise que afet[a] o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social.

Aliás, não apenas enfrentamos os “antigos antagonismos do sistema”, mas a “condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 343).

Mészáros (2011, p. 46) indica quatro núcleos de “grandes contradições” irresolúveis dentro do sistema, que precedem a crise estrutural, mas que se tornam mais agudas e/ou crônicas com ela. Esses núcleos correspondem a:

(1) o antagonismo entre o capital transnacional que se afirma globalmente e os Estados nacionais, que continua irreconciliável apesar dos esforços mais do que ansiosos das personificações do capital no domínio político para tornar palatável o impulso para a “globalização” sob a hegemonia de um punhado de “jogadores globais”; (2) o impacto catastrófico das práticas produtivas do capital “avançado” sobre o ambiente natural, tendendo à destruição completa das condições mais básicas da reprodução sociometabólica; (3) a incapacidade total do sistema do capital – inclusive de suas variedades pós-capitalistas – de corresponder ao desafio irreprimível da liberação das mulheres, da igualdade real, expondo assim a vacuidade da forma tradicional de tratar o problema da desigualdade por meio de concessões formais/legais vazias e sob a hipócrita retórica de “oportunidades iguais”; e (4) o câncer do desemprego crônico que devasta o corpo social mesmo nos países de capitalismo mais avançado, ridicularizando o artigo de fé do consenso liberal-conservador-trabalhista posterior à Segunda Guerra Mundial que proclamou – e cuja realização reivindicou – o “pleno emprego numa sociedade livre”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 46-47).

A mera referência a esses núcleos de contradições indica a escala e a profundidade da crise em desenvolvimento, que afeta a humanidade como um todo, e especialmente aqueles que precisam vender sua força de trabalho, ao implicar a ampliação e o aprofundamento da

expropriação e da pauperização em todo o mundo e a precarização das condições de trabalho e de vida da grande maioria da população mundial.

Um aspecto que faz parte do desenvolvimento da crise estrutural do capital é a obsolescência das estruturas e estratégias político-estatais que foram desenvolvidas no período de ascendência histórica do capital, quando ele pôde fazer várias concessões aos trabalhadores em troca de extrair vantagens para a expansão da economia (MÉSZÁROS, 2011). Com o início do fechamento do ciclo de ascendência histórica do capital e as dificuldades que ele tem para manter a dinâmica expansionista da economia, há uma dificuldade em extrair vantagens por meio de concessões e direitos sociais para trabalhadores e desempregados. Como diz o autor, trata-se do bloqueio objetivo de “algumas formas de ação anteriores (‘as políticas de consenso’, ‘a estratégia de pleno emprego’, ‘a expansão do Estado de bem-estar social’ etc.)”, o que “impõe reajustes importantes na sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 788).

A obstrução da dinâmica expansionista do sistema e o bloqueio de formas anteriores de ação tiveram um grande impacto na intervenção do Estado na reprodução da classe trabalhadora e nas “refrações” da “questão social”. Assim, a partir da década de 1970, a intervenção do Estado nessas esferas verificou a substituição gradual de políticas e benefícios sociais “universais” – nos países em que haviam sido desenvolvidos – por políticas e benefícios focalizados.

Essas mudanças nas políticas correspondem ao que é reconhecido na literatura das ciências sociais como políticas “neoliberais” com uma abordagem visivelmente conservadora. No entanto, como adverte Mézáros (2011), e outros pesquisadores confirmam, essa mudança não resultou na redução da intervenção do Estado, mas na mudança em sua forma – que passou a ser mais focalizada –, e numa intensificação da abordagem punitiva à precariedade e ao pauperismo. Aliás, em consonância com as dificuldades e os limites à expansão do capital impostos pela crise estrutural do capital, e com as limitações do Estado para administrar as contradições sociais aguçadas, bem como a dissonância entre a igualdade formal e a desigualdade real, as perspectivas que mistificam a desigualdade social, atribuindo-a à conduta dos indivíduos, voltaram a predominar na sociedade e nas políticas sociais, enquanto, por outro lado, proliferaram os incentivos ao desenvolvimento de formas “precárias” de trabalho (emprego informal, terceirizado, temporário etc.) que atendem às necessidades reprodutivas do capital num contexto de crise estrutural<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Sobre o punitivismo, ver (PÉREZ, 2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

De acordo com esses processos, observamos, nas últimas décadas, o desenvolvimento de políticas sociais orientadas principalmente para o que é conhecido como a “ativação” dos indivíduos na resolução de problemas sociais. Trata-se de intervenções que concebem as expressões individuais dos problemas sociais como problemas de adaptação e escolha dos indivíduos, priorizando a dimensão moral sobre a dimensão material das situações. Conforme observado por vários pesquisadores da profissão, a proliferação dessas abordagens de políticas sociais e os processos de “desmaterialização”, desqualificação e reinstrumentalização da tarefa profissional no Estado caracterizaram as políticas das últimas duas décadas na região, mesmo sob os chamados governos progressistas<sup>8</sup>. Essas mudanças provocadas pelo redirecionamento da intervenção estatal nas últimas décadas, tiveram um impacto na atividade profissional, que enfrentou alterações em seu exercício, as quais entraram em tensão com as orientações éticas e teóricas que haviam sido alcançadas em seu interior. Assim, na atual conjuntura de crise e de intervenções sociais punitivas e focalizadas que prescindem da transferência de recursos materiais aos usuários, as posições éticas, ideológicas e teóricas dos profissionais, docentes e pesquisadores do Serviço Social são atravessadas por diversas tensões e desafios.

Em consonância com esses processos, surgem vários questionamentos nas áreas de formação profissional sobre a compatibilidade do projeto profissional, e até mesmo da formação teórico-crítica, com o desenvolvimento de uma atividade profissional marcada por intervenções explicitamente punitivas e conservadoras; intervenções às quais a profissão contrapõe hoje, principalmente, o retorno às intervenções que corresponderam ao chamado “Estado de Bem-estar Social”, e não à construção de uma nova ordem social. Tal questionamento sobre a compatibilidade é feito por aqueles que buscam fortalecer a crítica da atividade profissional, mas também, de modo diferente, por aqueles que consideram a teoria crítica como um “quadro teórico” anacrônico diante dos problemas que a profissão enfrenta hoje; problemas que, paradoxalmente, são analisados por esses últimos de forma anacrônica ao não levarem em conta as condições objetivas que possibilitaram tais políticas no período da Segunda Guerra Mundial e que hoje estão ausentes<sup>9</sup>. Assim, a relação da teoria e, em particular, da teoria crítica com a profissão e a formação profissional, que resultou do desenvolvimento da profissão, tornou-se mais complexa.

Atualmente, o Serviço Social enfrenta os efeitos que a crise do capital e as alterações na intervenção do Estado decorrentes dela têm provocado no mercado de trabalho e na demanda

---

<sup>8</sup> Sobre esses processos no Brasil e no Uruguai, consultar (PASTORINI; MARTÍNEZ, 2014; VECINDAY; BENTURA, 2019, 2020).

<sup>9</sup> Uma crítica das correntes críticas do Serviço Social em face da crise atual pode ser encontrada em Arias (2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que este impõe à formação profissional. No contexto de crise e transformações econômicas e políticas, a demanda laboral para a profissão não impulsiona para a apropriação e o desenvolvimento de elementos teóricos e filosóficos para compreender as causas e as características dos graves fenômenos sociais em curso. Em vez disso, promove o desenvolvimento de perfis instrumentais e operacionais que possam levar a uma rápida qualificação e obtenção de diploma. O desenvolvimento da profissão em nível universitário é afetado por essas tendências que impactam na qualidade da atividade científica e acadêmica em todas as áreas do conhecimento e comprometem a incorporação e a apropriação de elementos teóricos e filosóficos que visam explicar fenômenos universais e suas causas, como é o caso da teoria marxiana.

O que acaba predominando no campo da pesquisa e da formação universitária – incentivado, sobretudo, pelas agências de financiamento estatais e privadas a que as estruturas universitárias e os professores estão subordinados – é a demanda por um conhecimento segmentado, especializado, situado na esfera fenomênica da realidade, instrumentalizável e facilmente incorporável às ações institucionais voltadas para áreas “estratégicas” definidas fora do âmbito acadêmico, reforçando a estrutura social existente. Trata-se de processos marcados pela fragmentação do conhecimento e pelo predomínio de sua função prático-utilitária, em que a sociedade e seus fenômenos não são compreendidos como um todo e em sua historicidade e fundamentos materiais, senão como partes isoladas e autodeterminadas descoladas desses fundamentos. Esses processos a respeito do conhecimento têm sido parte constitutiva do desenvolvimento científico no capitalismo plenamente desenvolvido<sup>10</sup>, porém tornaram-se mais agudos nas últimas décadas, no contexto da crise estrutural e das mudanças que as universidades sofreram em seus planos de curso e formas de financiamento.

Embora a origem da demanda por esse tipo de conhecimento seja determinada pelas exigências do mercado de trabalho e pelas necessidades expansionistas da economia, que é complementada pelas intervenções do Estado, ela se manifesta como uma preocupação dos estudantes universitários<sup>11</sup>, e também das instituições estatais e seus funcionários (incluindo às universidades) que buscam favorecer o cumprimento das metas orçamentárias. Isso opera como um obstáculo para quem se opõe, na formação e na pesquisa, a essas tendências utilitaristas e

<sup>10</sup> Com relação a esses processos que envolvem a razão e o conhecimento científico na sociedade capitalista, consultar (KÓSIK, 1967; MONTAÑO, 2009; LUKÁCS, 1979, 2020).

<sup>11</sup> Com relação às preocupações dos alunos, temos um exemplo na pesquisa da Universidade da República de Uruguai (GONZÁLEZ; SANDE, 2018; PEREZ; CALCE, 2019) relacionada ao perfil dos alunos de Serviço Social e seu vínculo com o conhecimento teórico oferecido pelo plano de curso mais recente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

fragmentadoras do conhecimento. No caso do Serviço Social, funciona como um freio para aqueles que buscam desenvolver pesquisas e processos de formação que recuperem os fundamentos históricos e ontológicos da sociedade e dos diferentes fenômenos sociais, incorporando a teoria social de Marx.

Por tudo isso, apesar de a apropriação teórica e filosófica ter sido reconhecida como indispensável para a formação profissional em Serviço Social, e apesar de a teoria crítica fazer parte dos programas das disciplinas na formação profissional, uma apropriação teórica e filosófica verdadeira, que nos permita compreender na raiz a realidade social atual e seu devir, representa hoje um enorme desafio para a formação profissional universitária com pretensões críticas e que se vincule à construção de uma nova ordem social.

#### **4. Considerações finais**

Ao longo do texto, observamos aspectos ligados à origem, à natureza e às peculiaridades do Serviço Social, bem como os desafios que a profissão enfrentou historicamente e que enfrenta atualmente. No decorrer do desenvolvimento histórico da profissão, a compreensão teórico-crítica da realidade social em que está inserida foi reconhecida e incorporada em sua formação. Contudo a apropriação de elementos teóricos e metodológicos que permitam essa compreensão tem se mostrado um grande desafio para a profissão, especialmente em tempos de crise estrutural do capital. Por um lado, as transformações na intervenção estatal (focalização e “desmaterialização” das políticas sociais) e o desenvolvimento de concepções individualizantes e fragmentárias, de caráter punitivo e conservador, confrontam as orientações éticas e teóricas conquistadas pela profissão nas últimas décadas. Por outro lado, a crescente demanda por uma formação profissional com perfil instrumental e de fácil diplomação, em congruência com as exigências do mercado de trabalho, se contrapõe a apropriação teórica e filosófica universal de caráter crítico. Isso ameaça as possibilidades de desenvolvimento de uma compreensão teórico-crítica genuína da realidade social dentro da profissão, afetando a relação da formação profissional e da pesquisa com a teoria social crítica.

No entanto, a realidade social atual; o acirramento das contradições baseadas na participação desigual na produção e na distribuição; a insustentável harmonização entre desigualdade real e igualdade formal; o crescimento da precariedade e do pauperismo da grande maioria da população mundial; o desenvolvimento de enfoques mistificadores e conservadores etc., exigem hoje, mais do que nunca, uma compreensão crítica radical da realidade social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Requerem, necessariamente, a apropriação teórica e filosófica na formação de graduação e pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisas científicas na área de Serviço Social sobre os fundamentos dos problemas e as alternativas sociais a eles e à ordem social vigente, bem como o exercício crítico e o posicionamento ético no âmbito da prática e da atividade acadêmica. Esses são os grandes desafios que nossa profissão enfrenta no atual momento histórico, para os quais dispõe de uma rica história de acúmulos, debates e resistências.

## Bibliografia

- ACOSTA, L. O processo de renovação do Serviço Social no Uruguai. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 12, n. 33, 30 set. 2014.
- ARIAS, A. J. Trabajo Social e Instituciones: Control social, transformación y vías de escape en tiempos críticos. **Propuestas Críticas en Trabajo Social – Critical Proposals in Social Work**, v. 2, n. 3, p. 51-72, 2022.
- ASOCIACIÓN DE ASISTENTES SOCIALES DEL URUGUAY. **Código de ética del servicio social o trabajo social en el Uruguay**. 2015. Disponível em: <<https://www.adasu.org/prod/1/46/Codigo.de.Etica..pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social – Trilingue. Lei 8.662/1993, de Regulamentação da profissão**. CFESS, 2019 1993. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2019CfessCEP-Trilingue-Site.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2024.
- GONZÁLEZ, C.; SANDE, S. Modificaciones en el perfil de los estudiantes de Trabajo Social en Uruguay. **Sociedade em Debate**, v. 24, n. 3, p. 141-158, 28 out. 2018.
- KÓSIK, KAREL. **Dialéctica de lo concreto**. 10. ed. México: Grijalbo, 1967.

- Ley de reglamentación Profesional del Trabajo Social.** 16 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.adasu.org/prod/2/940/Ley.N%C2%B0.19.778..pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.
- LUKÁCS, G. **A DESTRUIÇÃO DA RAZÃO.** Tradução: Bernard Herman Hess; Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes; Tradução: Rainer Patriota. São Paulo, Brasil: Instituto Lukács, 2020.
- MACEDO DA COSTA, G. **Serviço social em debate. Ser social, trabalho, ideologia.** Maceió: Edufal, 2011.
- MANRIQUE CASTRO, M. **História do Serviço Social na América Latina.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARX, K. **Contribución a la crítica de la economía política.** Tradução: Pedro Scaron. 9. ed. Madrid; México D. F.: Siglo Veintiuno editores (Biblioteca de Pensamiento Socialista), 2008.
- MARX, K. **El capital: el proceso de producción del capital.** Tradução: Pedro Scaron. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores (Biblioteca de Pensamiento Socialista), 2009a. v. 1
- MARX, K. **El capital: el proceso de producción del capital.** Tradução: Pedro Scaron. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2009b. v. 2
- MARX, K. **El capital: el proceso de producción del capital.** Tradução: Pedro Scaron. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2011. v. 3
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** Tradução: Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** 1. ed. Revista ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social.** 2. ed. San Pablo: Cortez, 2009.
- NETTO, J. P. El Servicio Social y la tradición marxista. Em: MONTAÑO, C.; BORGIANNI, E.; GUERRA, Y. (Eds.). **Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional.** São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 153-169.
- NETTO, J. P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, n. 84, p. 5-20, nov. 2005.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, A. Los fundamentos del modo de producción capitalista como clave para analizar las políticas sociales. En: MALLARDI, M. W.; FERNÁNDEZ, E. N. (Eds.). **Cuestión social y políticas sociales: crítica a sus fundamentos y expresiones contemporáneas**. Segunda edición ed. Tandil, Prov. Bs. As.: Puka Editora, 2019. p. 137-160.

PASTORINI, A.; MARTÍNEZ, I. Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. **Revista Katálysis**, v. 17, n. 1, p. 59-67, jun. 2014.

PEREZ, D.; CALCE, C. **Los y las estudiantes y sus prácticas pre-profesionales. Reflexiones sobre los desafíos actuales en la formación profesional en Trabajo Social**. Actas del IV Encuentro Latinoamericano de profesionales, docentes y estudiantes de Trabajo Social – Trabajo social y luchas sociales , articulación de resistencias y procesos emancipatorios (Facultad de Ciencias Humanas). **Anais...** En: IV ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESIONALES, DOCENTES Y ESTUDIANTES DE TRABAJO SOCIAL. Tandil, Argentina: 31 out. 2019. Disponível em: <<https://ridaa.unicen.edu.ar:8443/server/api/core/bitstreams/5688783d-d9ca-4cae-878f-b162cf346112/content>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PÉREZ, L. Entre la horca y la piedad. El retorno de Tocqueville y la focalización punitiva. En: **Transformaciones sociales, protección social y Trabajo Social**. Montevideo: Tradinco, 2018. p. 173-187.

VECINDAY, L.; BENTURA, J. P. (EDS.). **Intervenciones sobre la pobreza en el Uruguay progresista: entre la asistencia y la activación**. Montevideo: Udelar. FCS, 2019.

VECINDAY, L.; BENTURA, J. P. (EDS.). **Entre la asistencia y la activación. Intervenciones sobre la pobreza en el Uruguay progresista: Tomo II**. [s.l.] Udelar. FCS, 2020.